

# Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano

## RESUMO

O texto tem como eixo temático a circulação do livro didático na história recente do Brasil, que vem sendo objeto de minhas pesquisas há alguns anos. A hipótese é que as políticas públicas para o livro didático e as editoras privadas deixam marcas na seleção do livro que é feita nas escolas, levando para este processo determinantes de mercado, que precedem a escolha do professor e implicam a construção do currículo em ação nas escolas. Constitui-se, então, num campo de estudo privilegiado para se entender a relação escola e mercado. Por conta disso, no decorrer de minhas pesquisas, três instâncias fundamentais foram estudadas: as editoras de didáticos, com ênfase na sua área comercial; as ações governamentais, com foco no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – e a escola. Neste artigo, porém, enfatizamos apenas o mercado das grandes editoras de didáticos, traçando um panorama histórico deste setor, assim como apresentamos boa parte de suas práticas comerciais e a reconfiguração deste mercado, com a entrada das grandes multinacionais no Brasil, suas novas estratégias e o que isto implica para as escolas brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mercado editorial. Livro didático. Políticas públicas. Educação.

## 1 Introdução

Nossa proposta é tratar da circulação dos livros didáticos no Brasil a partir das principais editoras que têm atendido ao governo, com regularidade, no fornecimento de livros escolares, desde a implementação do Programa Nacional do Livro didático – PNLD – (1985 até 2005). A partir disso, situamos o aparecimento de todas elas e apresentamos a reconfiguração que o mercado brasileiro de didáticos está apresentando frente à entrada das editoras multinacionais no país, assim como também apresentamos algumas práticas comerciais significativas dessas editoras.

Trazer o livro didático nesta perspectiva contempla algumas facetas deste recurso didático, mas não todas. Bittencourt (1993, p.3) enfatiza a natureza complexa do livro escolar explicando que é justamente por este motivo que ele desperta interesse nos variados domínios da pesquisa. Aponta que assim como é um objeto do mundo da edição, e por isso obedece às técnicas de fabricação e comercialização inerentes aos interesses do mercado, também é um depositário dos conteúdos educacionais, sendo suporte privilegiado para se recuperar conhecimentos e técnicas considerados essenciais por uma sociedade, em época determinada. A autora enfatiza que o livro didático deve ser, ainda, “[...]considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.”

É portanto, um objeto de natureza contraditória, que tem sua totalidade de uso na escola, salvo raras exceções. Zilberman (1998, p. 59) corrobora com esta visão referindo-se ao livro didático como tendo forma de livro, mas não sendo literatura; que transmite o saber, mas que pode ser jogado fora; fala dos progressos da ciência e do conhecimento, mas logo se mostra obsoleto; na escola, é um parceiro do estudante que precisa dele para acompanhar os estudos, mas depois passa a ser companhia indesejável quando concluída a educação formal.

Em relação à circulação desse produto, pensemos que, de modo geral, cada aluno brasileiro que está na escola utiliza um livro didático para cada

disciplina. Convém observar que o governo, para o ciclo II (5ª à 8ª séries), só compra livros para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências.

Tais livros são trocados anualmente (gradualidade), isto é, o aluno muda de série e, conseqüentemente, muda de livro.

Além disso, é próprio da forma escolar, voltada para o ensino de massas, o espaço e o tempo serem organizados de modo a atender simultaneamente todos os alunos, isto é, ensinar a muitos ao mesmo tempo (simultaneidade).

Essas três categorias – gradualidade, simultaneidade e universalidade – intrínsecas ao sistema escolar contemporâneo, explicam o grande volume de livros didáticos que circula anualmente.

Podemos, então, mensurar o volume de livros didáticos que circulam no Brasil e, para entender o interesse das editoras didáticos nas escolas, temos de trazer alguns aspectos da comercialização destes livros no Brasil.

A presença das editoras nas escolas justifica-se porque a venda do livro didático só se concretiza por meio da adoção que é feita, geralmente pelo professor, pois dificilmente algum leitor irá a uma livraria para escolher um livro didático para ler ou para presentear alguém. Ele só o comprará se este tiver sido adotado por alguma instituição escolar, salvo raras exceções.

Apple (1995) aborda esta peculiaridade da comercialização dos livros didáticos apontando que, ao contrário da maior parte das outras publicações, os editores de didáticos não definem seu mercado em vista do público real que o utilizará, e sim em função do professor, sendo que o estudante tem pouco poder nesta equação.

Então, diferentemente da maioria dos gêneros de livros existentes no mercado, sua venda não se *define* na livraria. Quem define o livro didático a ser comprado pelos pais dos alunos, pelos próprios alunos ou pelo governo, normalmente, é o professor que o usará em suas práticas escolares.

Ou seja, esse tipo de produto circula em função da escola. É um livro

feito para determinada série ou grau de ensino, sendo normalmente descartado após o seu uso.

Para delimitarmos, então, as editoras que dominam o mercado de livros didáticos no Brasil, é necessário que retomemos alguns aspectos históricos da relação entre tais Editoras e o Estado, o maior comprador desse tipo de obra no país. Inicialmente, tomamos como fonte os estudos de Höfling (1993). Segundo esta autora, em 1983, por meio da Lei 7.091, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE –, órgão que incorporou, entre outros programas do MEC, o do livro didático. Em 1984, o MEC passou apenas a comprar e distribuir os livros produzidos pelas empresas participantes do Programa, deixando de co-editar, característica do programa anterior, o PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental.

Höfling (1993) faz uma descrição pormenorizada da criação e atuação da FAE, inclusive em relação aos outros programas de responsabilidade deste órgão. Segundo a autora, dados levantados por meio de relatórios da FAE e de outras fontes relacionadas à compra de livros didáticos pelo Estado evidenciam a participação de determinados grupos editoriais de forma recorrente.

Em 1985, pelo Decreto 9.1542, de 19/08/85, o PLIDEF foi transformado no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD –, que apresentou algumas alterações substanciais em relação ao programa de livro didático anterior, principalmente nos seguintes pontos:

- a) o término da compra do livro *descartável*, ou seja, o governo não compraria mais livros que contivessem exercícios para serem feitos no próprio livro, para possibilitar a sua reutilização por outros alunos em anos posteriores. Sendo assim, o governo passou a comprar somente livros *não-consumíveis*;
- b) a escolha do livro didático passou a ser feita diretamente pelo professor;
- c) distribuição gratuita às escolas públicas e sua aquisição com recursos do Governo Federal;

d) universalização do atendimento do programa para os alunos de todas as séries do atual ensino fundamental (1ª a 8ª séries).

A intenção governamental, porém, de contemplar os alunos da 5ª a 8ª séries com o recebimento dos livros didáticos só seria concretizada em 1996, ano em que a FAE foi extinta e o PNLD passou a ser conduzido pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento para a Educação – FNDE –, passando a ter recursos garantidos para o Programa.

Apesar de as principais diretrizes estabelecidas em 1985 terem se mantido, significativas mudanças foram introduzidas no PNLD em 1996. Nesse ano, o governo, que até esse momento mantivera o papel de comprador e distribuidor de livros didáticos, constituiu uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógico-metodológicos dos livros que vinham sendo comprados pelo Ministério da Educação – MEC – para as séries iniciais do ensino fundamental. Tal comissão analisou os dez livros de cada disciplina mais solicitados pelos professores das escolas públicas. Este estudo demonstrou que o MEC vinha comprando e distribuindo para a rede pública de ensino livros didáticos com erros conceituais, preconceituosos e desatualizados no tocante aos conteúdos. Como consequência, a partir de 1996, o MEC passou a submeter os livros didáticos a uma avaliação prévia, cujos resultados são divulgados nos *Guias de livros didáticos*, distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático. A divulgação deste *Guia de livros didáticos* (e, principalmente, dos livros excluídos por motivos diversos: erros conceituais, preconceito, etc.) teve ampla repercussão na mídia e ocasionou forte reação das grandes editoras de didáticos e dos autores.

Munakata (1997) apresenta o debate que saiu na mídia em 1996, trazendo boa parte do que foi publicado nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Nesse estudo, o autor traz a voz dos diferentes agentes envolvidos nesse debate, enriquecendo a possibilidade de análise.

O que causou grande desconforto em relação a essa avaliação dos livros didáticos foi a extensa lista de livros inscritos para o PNLD e excluídos, principalmente por erros conceituais. Além do impacto da própria avaliação, até então inédita no PNLD, o fato de o MEC ter divulgado a existência da tal lista, porém adiando a sua publicação várias vezes, ocasionou um gradativo mal-estar nos interessados no resultado da avaliação, gerando manifestações de entidades diversas, tais como a Associação Brasileira de Editores de Livros – Abrelivros; a Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos – Abrale; a Associação de Pais e Alunos do Estado de São Paulo – Apaesp; a Associação Intermunicipal de Pais e Alunos de São Paulo – Aipa; a Câmara Brasileira do Livro – CBL; do Sindicato Nacional de Editores de Livros – Snel, entre outros.

Em 1996, outras mudanças significativas também ocorreram. O PNLD passou a ser conduzido pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento para a Educação – FNDE, autarquia federal vinculada ao MEC e responsável pela captação de recursos para o financiamento de programas voltados para o ensino fundamental, sendo que o MEC conseguiu estabelecer um fluxo regular de recursos para o Programa, cumprindo finalmente sua proposta de universalização do mesmo. Nesse ano, os alunos de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries<sup>1</sup> começaram a receber livros didáticos, sendo que em 2001 foram distribuídos 109 milhões de exemplares, sem contar os distribuídos no Estado de São Paulo.

Sendo assim, um dos pontos que chamam atenção em relação à comercialização do livro didático no Brasil é o gigantismo do volume de vendas.

Segundo um estudo setorial do BNDES (SAAB, 1999), tomando-se o faturamento como paradigma, as maiores editoras brasileiras, em 1997 foram as seguintes:

■  
<sup>1</sup> Apesar de o PNLD, em 1985, objetivar atender a todos os alunos de 1<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries, até 1995 só os alunos de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> séries eram regularmente atendidos pelo Programa.

**Quadro 1**

Brasil: maiores editoras por faturamento – 1997 (US\$ milhões)	
Editora	Faturamento
Ática/ Scipione	242,0
FTD	129,0
Saraiva	81,8
Moderna	78,0
Record	29,0
Cia. das Letras	21,5
Siciliano	13,0
Rocco	11,7
Nova Fronteira	10,0
Ediouro	9,4

Fonte: Saab (1999).

À luz do quadro acima, fica evidenciada a força da indústria de didáticos não só na área educacional, mas na própria indústria de livros em geral. De acordo com Saab (1999), a indústria dos didáticos representa, em média, 54% da indústria nacional; em 1998, dos 369 milhões de livros produzidos, 244 milhões referiram-se a livros didáticos, cujo segmento é o mais concentrado, ou seja, com o menor número de editoras (Ática, Scipione, FTD, Saraiva e Moderna).

Como expusemos anteriormente, o livro didático é comercializado em função da escola. Por consequência, o *consumidor* provavelmente só encontrará o livro didático na livraria no chamado *período escolar* (início das aulas), pois não existe previsão de estoque para esse tipo de livro, em virtude da sazonalidade do produto. Caso o necessite fora de época, deverá encomendá-lo na livraria ou comprá-lo diretamente na editora.

A comercialização efetiva do livro didático ao consumidor final ocorre no início do período escolar, no caso das escolas particulares. No caso da rede pública, ela se dá em período determinado, quando o governo federal compra este tipo de produto diretamente das editoras. Porém a *decisão* do que vai ser comercializado é tomada em período anterior, sendo determinada basicamente de duas formas:

- a) Pelas adoções feitas nas instituições escolares particulares para todos os níveis de ensino e de adoções feitas nas instituições públicas, no caso

do ensino médio (vale ressaltar, porém, que em 2005 o governo começou, de forma inédita, a distribuição de livros na rede pública para o ensino médio, das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Até então este nível de ensino nunca havia sido contemplado com a distribuição gratuita de livro didático). Nos dois casos a compra do produto se concretiza nas livrarias ou direto nas editoras, no início do ano (janeiro, fevereiro e março).

- b) Pelas indicações feitas nas instituições escolares públicas para todo o ensino fundamental. Neste caso, os mecanismos de escolha são decididos na escola, mas com orientação governamental, sendo que a negociação é feita diretamente entre o governo e as editoras. Esta política pública destinada à compra do livro didático é o PNLD.

O PNLD não só é o maior programa de fornecimento de material didático do Brasil, como juntamente com os outros programas de distribuição de livro (para bibliotecas, por exemplo), em 2001, conforme afirmou Maria Helena Guimarães de Castro (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP/MEC) na mesa redonda sobre questões educacionais da atualidade, promovida pela publicação Estudos Avançados em 27/04/2001, situou o Brasil como o país que neste ano teve o maior programa de fornecimento de livro do mundo, entrando, por isso, para o *Guiness*, o livro de recordes.

Tomar como alvo os livros que circulam na rede pública, no período que nos propomos a analisar, implica delimitar as editoras que mais vendem no país, visto os dados relativos às matrículas no Brasil apresentados no quadro a seguir.

Quadro 2

Participação das redes de ensino no total de matrículas no Brasil (1ª à 8ª série)					
Ano	Total	Rede Pública	%	Rede Privada	%
1985*	24.769.736	21.797.368	88	2.972.368	12
2001	35.298.089	32.089.803	91	3.208.289	9

Fontes: NEPP, 1988 e INEP, 2002

\*Neste período a nomenclatura *ensino fundamental* (2003) era “1º grau”, tendo a mesma equivalência em relação ao atendimento da 1ª à 8ª séries

Podemos observar, pelos dados apresentados no quadro 2, a proporção do alunado da rede pública e particular, e o que as compras governamentais representam para as editoras de livros didáticos no Brasil, visto que as matrículas da rede pública de ensino correspondem à aproximadamente 90% deste nível de ensino. Ressaltamos que estamos apontando, aqui, apenas os dados referentes ao nível de ensino atendido pelo PNLD, sendo que não estamos considerando as matrículas da pré-escola, ensino médio, etc.

Com este mercado dimensionado, podemos entender o porquê de Höfling (1993) apontar com ressalvas a constância da parceria do MEC desde o início do PNLD com as mesmas editoras de didáticos, sendo que estas atendem ao governo de forma recorrente, apenas com pequenas alterações em sua posição. De acordo com Höfling (2000, p.168) é problemático “o papel desempenhado por representantes privados (editoras) na definição de uma estratégia de intervenção (como é o PNLD), no interior de uma política social (como é a educação)”.

Höfling (1993) aponta a constância na parceria do MEC, desde o início do PNLD, com as editoras Ática, Brasil, IBEP, FTD, Nacional, Saraiva e Scipione, como pode ser visto no quadro 3.

**Quadro 3**

Participação das editoras nas aquisições de livros  
PNLD 1985-1991 (em %)

Editora	1985	1986	1987	1988	1999	1990/1991	Total
Ática	11	10	15	17	21	25	17
Brasil	38	23	11	8	-	16	17
IBEP	6	17	13	15	16	9	12
FTD	9	10	15	12	11	13	12
Saraiva	8	7	10	9	10	8	8
Nacional	11	17	11	9	-	3	8
Scipione	0	3	7	11	9	10	7
Outros	16	13	19	19	33	15	18
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Höfling (2000)

Os dados apresentados no quadro 3 demonstram uma grande concentração de livros vendidos por poucas editoras no início do Programa. Indicador

este mantido, com poucas alterações, nos anos posteriores, como pode ser observado pelos dados do quadro 4.

**Quadro 4**

Quantidade de livros didáticos adquiridos – PNLD Centralizado						
EDITORA	PNLD2006	PNLD2005	PNLD2004	PNLD2003	PNLD2002	TOTAL
Access					22.765	22.765
Ática	7.601.455	19.881.904	20.033.049	8.238.058	26.054.750	81.809.216
Base	102.137	304.565	268.194	18.575	18.107	711.578
Braga/LDS				4.983	2.358	7.341
Brasil	1.790.984	5.799.768	4.037.665	2.276.794	3.796.936	17.702.147
Casa Publicadora						
Arco-Íris				134.092	120.928	255.020
Dimensão	268.190	329.761	1.015.264	1.024.770	1.657.405	4.295.390
Formato			322.794	229.767	346.274	898.835
FTD	6.649.352	15.017.308	19.358.031	9.511.942	17.413.766	67.950.399
IBEP	3.735.103	5.637.939	12.373.412	2.979.526	4.114.642	28.840.622
Moderna	3.510.109	8.715.895	9.386.413	2.525.100	6.041.983	30.179.500
Módulo				367.796	559.468	927.264
Nacional	65.589	79.477	218.018	533.838	518.943	1.415.865
Nova Geração	1.214.662	4.264.995	1.075.673	805.992	3.344.921	10.706.243
Positivo	2.254.485	8.459.123	2.576.378			13.289.986
Quinteto	551.788	1.887.208	689.923	2.028.971	1.635.315	6.793.205
Saraiva	5.923.845	13.849.653	17.538.240	9.646.225	16.257.750	63.215.713
Scipione	4.165.388	9.048.040	9.544.909	4.800.403	9.198.084	36.756.824
UFG-Funape					5.511	5.511
TOTAL	37.833.087	93.275.636	98.437.963	45.126.832	91.109.906	365.783.424

Fonte: Serwy, 2006.

Temos, então, no comparativo dos quadros 1, 3 e 4 a delimitação das editoras que mantêm uma regularidade de vendas ao governo no PNLD: Saraiva, FTD, Ática, Scipione, Brasil, IBEP e Nacional (esta, cada vez sendo menos expressiva), sendo que nos últimos anos a editora Moderna engrossa esta lista. Saab (1999) aponta essas empresas como as principais editoras de didáticos do país, acrescentando, ainda, a Editora Atual, que não aparece na compra centralizada do PNLD, mas aparece na compra descentralizada, que é feita apenas pelo Estado de São Paulo.

Vale, aqui, ressaltar que devido à abrangência do PNLD, da dificuldade para fazer a distribuição do material e com base na diretriz formulada pelo

plano Decenal de Educação para Todos (MEC/1993), o governo federal apresentou, em 1995, ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED –, proposta de descentralização do planejamento e execução do PNLD e da participação financeira dos Estados quando a compra realizada excedesse o montante repassado pelo Ministério. Vários Estados aderiram à proposta: Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A maioria desses estados, porém, encontrou dificuldades para operacionalizar o PNLD, por isso, apenas Minas Gerais e São Paulo passaram a realizar o programa de forma descentralizada, sendo que em 2000 Minas voltou a participar do programa centralizado, isto é, junto ao governo federal. São Paulo, portanto, passou a ser o único Estado no Brasil que, no PNLD, escolhe o livro de forma descentralizada, desde 1995. Cassiano (2003) apresenta de forma pormenorizada a realização do PNLD descentralizado que ocorre no Estado de São Paulo. Aponta, também, as nove editoras especificadas anteriormente (Ática, Scipione, FTD, Brasil, IBEP, Saraiva, Nacional, Moderna e Atual) como as que mais vendem neste Estado, por ocasião do Programa.

Todas essas editoras, excetuando a Editora Nacional, têm o seu grande salto quantitativo de vendas de livros didáticos impulsionado pelas reformas na educação, que foram iniciadas com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4024/61. Paixão (1998, p.156) relata que a nova lei possibilitou a expansão da rede pública de ensino, conseqüentemente, incrementou o *negócio dos didáticos*.

Porém, as reformas na educação que efetivamente possibilitaram um grande crescimento do setor editorial de didáticos foram as que vieram no bojo do governo ditatorial, que foi instaurado no Brasil em 1964. Além dos acordos com organismos internacionais,<sup>2</sup> que também financiaram a produção de li-

■  
<sup>2</sup> De acordo com Hilsdorf (2003, p. 124) “de 1964 até 1968 foram assinados 12 acordos MEC-USAID, Agency for International Development), com a finalidade de diagnosticar e solucionar problemas da educação brasileira na linha do desenvolvimento internacional baseado no capital humano [...]”

vros didáticos, o setor foi estimulado pela promulgação da Lei 5692/71, que fixava as Diretrizes e Bases para os ensinos de 1º e 2º graus, ampliando a obrigatoriedade da escolarização de quatro para oito anos. De acordo com Martins (2002, p.53-54) esta lei:

[...]Expressou em um documento oficial parte da reforma de ensino empreendida durante o governo militar nos anos 70 e a nova (para a época) organização do sistema educacional do país. Dentro dessa nova organização, o ensino básico passou a ser denominado de 1º grau, com oito anos de duração, e o 2º grau, com três ou quatro anos de duração. Entretanto, a reforma não envolveu somente a definição da quantidade de anos que comporia cada nível de ensino, mas passou a definir também que conteúdos essenciais seriam parte do ensino no Brasil.

Segundo Paixão (1988, p.156) “[...]em meados de 1968 já estavam à venda, no Brasil, aproximadamente 2.500 títulos didáticos distribuídos entre os três níveis de ensino, publicados por cerca de sessenta editoras”.

Apesar de neste período as editoras de didáticos terem tido um grande crescimento, a constituição das nove editoras, alvos de nossa pesquisa, se dá em diferentes momentos do século XX, algumas delas tendo histórias bastante peculiares, como veremos a seguir.

## **2 Primeira metade do século XX: Editoras Nacional, Brasil, Saraiva e FTD**

*Fênix Nacional*, este é o nome que Hallewell (1985) dá ao capítulo em que apresenta a origem da Editora Nacional. Isto porque esta editora, tal qual o famoso pássaro, *renasceu das cinzas* da Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato.

Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira haviam tentado unir gráfica e editora em uma só organização, na Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, porém, por diversas circunstâncias econômicas procedentes do período (anos 1920), e descritas minuciosamente por Hallewell (1985), esta empresa teve sua falência decretada em agosto de 1925. Lobato e Octalles,

então, antes do colapso final da Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, constituíram, em novembro de 1925, nova empresa com um capital de cem contos de réis: a Companhia Editora Nacional. Esta teve grande êxito inicial, tanto que, em fevereiro de 1926, os dois sócios já tinham o montante que lhes propiciou a compra, de seus credores, do estoque dos livros e os contratos de direitos autorais da antiga firma.

Segundo Halewell (1985), a Companhia Editora Nacional, nos anos 40, já dominava o setor de livros didáticos. Em 1943, a Nacional foi prejudicada quando seis de seus funcionários, *professores que respondiam pela execução do programa de livros didáticos*, deixaram a empresa para abrir sua própria editora, a Editora do Brasil, que logo se tornou importante editora de livros didáticos e infantis.

Nesse período, a Editora Saraiva já contava com vários anos de existência, porém, ainda não atuava expressivamente no ramo dos didáticos. A Saraiva e Cia. foi fundada por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, em 1910. Inicialmente como um pequeno comércio de livros usados, *um sebo*, a empresa foi instalada nas proximidades da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tendo como nome comercial *Livraria Acadêmica*, sendo seu fundador chamado de *Conselheiro Saraiva* pelos estudantes que atendia. Viria a entrar no ramo editorial em 1913, com a publicação de um livro jurídico, conquistando grande espaço neste segmento, que mantém até hoje. É somente em 1938 que passa a editar livros didáticos, porém, só conseguiria expressão neste ramo em 1970, editando uma coleção de livros de Matemática para o então curso ginásial, *Matemática na escola renovada*, do professor Scipione Di Piero Netto, que fez grande sucesso.

Dentre as editoras pesquisadas, a mais antiga é a FTD, cuja primeira publicação no Brasil foi em 1902, em função da atuação dos irmãos maristas na área da educação no país. Iniciada na França, em 1817, pelo Padre Marcelino Champagnat, a Congregação dos Irmãos Maristas já estava no Brasil desde

outubro de 1897, onde fundou várias instituições educacionais. Segundo Megale (2003), o Irmão Isidoro Dumont, que é considerado o fundador da editora marista no Brasil, sucedeu ao Irmão Andrônico, autor do primeiro livro da FTD, na direção do Colégio do Carmo, fundado em 1899. Como as publicações tinham autoria dos irmãos maristas, que não queriam seus nomes discriminados, apenas o logotipo da Congregação com a sigla FTD aparecia nas capas.

FTD são as iniciais de Frère Théophile Durand, que, em 1883, assumiu a direção geral da Congregação Marista e estimulou a produção de obras didáticas, sendo que o agrupamento dessas obras recebeu o nome de *Coleção FTD*. A Editora surgiu quando a marca foi registrada comercialmente para a criação de empresa editorial.

Até 1930, os livros da FTD usados no Brasil eram impressos na França, mas aos poucos, a gráfica Siqueira, em São Paulo, passou a imprimir a maioria dos livros. A distribuição, que inicialmente era feita pelos próprios irmãos maristas, passou para a Livraria Francisco Alves. Em 1956, a impressão e a distribuição foram atribuídas à Editora do Brasil, permanecendo assim até 1963. Nesse ano, a *Coleção FTD* foi transformada em *Editora FTD*, obtendo autonomia de edição e distribuição. De acordo com Paixão (1998), a FTD se destacou no mercado editorial com o sucesso dos livros de Matemática assinados por Benedito Castrucci e José Ruy Giovanni, entre os quais *A conquista da matemática*, com 600 mil exemplares vendidos só em 1982.

### **3 Segunda metade do século XX: Editoras Ática, Scipione, IBEP, Moderna e Atual**

De acordo com Paixão (1998), a Editora Ática foi fundada em agosto de 1965, mas seu embrião foi gerado em 1956, quando Anderson Fernandes Dias e Antonio Narvaes Filho, colegas da Faculdade de Medicina da USP, e Vasco Fernandes Dias Filho, irmão de Anderson, abriram o Curso de Madu-

reza Santa Inês. Paixão (1998) aponta que na década de 1960, o curso que iniciara com 15 alunos, já ultrapassara a casa dos três mil. Por isso, as apostilas do curso, preparadas pelos próprios professores, ganharam, em 1962, um setor próprio de produção, a Sesil – Sociedade Editora do Santa Inês Ltda. Três anos depois a empresa mudou de nome. Nascia oficialmente a *Editora Ática*.

Em setembro de 1983, a família Fernandes Dias, ou seja, os mesmos donos da Editora Ática, adquiriram do Prof. Scipione Di Pierro Neto a Editora Scipione. Nessa época, o catálogo desta editora contava com cinco títulos, tendo um volume de vendas de aproximadamente 100.000 exemplares por ano, sendo que, em 1984, com o lançamento das primeiras coleções voltadas para o ensino de 1ª à 4ª séries, alcançou a marca de 2 milhões de exemplares no mercado governamental. As editoras Ática e Scipione, apesar de pertencerem à mesma família, constituem duas empresas independentes, tendo instalações e administrações separadas.

Paralelamente ao nascimento e ao crescimento das editoras até aqui apresentadas, o Estado ia ampliando suas funções em relação ao livro escolar. Segundo Franco (1982), no período da ditadura militar, além da censura, o Estado também passa a assumir a produção de livros didáticos. Essa autora aponta que, em 1961, pelo Decreto-Federal 56.489/61, o Banco do Brasil fica designado a financiar a produção do livro didático. Em 1967, seria criada a Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME –, tendo como objetivo produzir e distribuir material didático às instituições escolares; porém, o orçamento destinado ao Ministério da Educação e Cultura não conseguia produzir material suficiente para atender as necessidades. Decorre daí a implantação do sistema de co-edição com o empresariado nacional (Portaria Ministerial 35/70).

Quase que simultaneamente, em 1966, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED –, estabelecida pelo acordo MEC/

USAID, era financiada pelo Ministério da Educação e pela agência americana USAID (United States Agency for International Development), com a colaboração do Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL. De acordo com Batista:

O acordo MEC/USAID viabilizou recursos assegurando a distribuição de 51 milhões de livros, no período de três anos e estabeleceu a garantia, pelo MEC, da distribuição gratuita. Assim, assegurado o financiamento do governo a partir de verbas públicas, o Programa revestiu-se do caráter de continuidade. (Batista, 2001, p.49)

Paixão (1998) aponta que a COLTED favoreceu o livro escolar com um investimento na ordem de US\$ 9 milhões.

Góes (1999), porém, aponta que nesse período, por causa dos acordos MEC-USAID, o país vivenciou uma desnacionalização do campo educacional de proporções jamais vistas até então, porque tais acordos eram articulados de forma a abranger todos os níveis de ensino, desde o treinamento de professores até a produção e veiculação de livros didáticos.

De acordo com Oliveira et al. (1984, p.57), a COLTED, que tinha como projeto de atividades a distribuição de livros a bibliotecas escolares, assim como a montagem e execução de treinamentos para instrutores e professores primários, distanciou-se da educação, razão pela qual fora criada, frente às facilidades comerciais: “[...]em 5/03/1971, o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho constitui, pela Portaria número 6, a Comissão de Inquéritos encarregada de apurar irregularidades ocorridas na COLTED. O resultado desta Comissão ficou fora do conhecimento do público.”

Em 1971, a COLTED foi extinta, sendo o Instituto Nacional do Livro – INL – encarregado de desenvolver o Programa de co-edição do livro didático, em ação conjunta com as editoras. Para todos os níveis de ensino foram criados programas especiais de co-edição: Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF; para o Ensino Médio, PLIDEM; para o Ensino Superior, PLIDES; para o Supletivo, PLIDESU e para o ensino de

Computação, PLIDECOM. De todos esses programas, o único que permaneceu ativo foi o PLIDEF. Em 1976, essas atribuições passariam para a Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME –, que firmava convênio com as secretarias de Educação, para que os livros fossem distribuídos aos *alunos carentes* da rede oficial de ensino de 1º grau – PLIDEF –, sendo que os Estados tinham de participar financeira e materialmente.

Conforme Oliveira et al. (1984), de 1971 até 1981, 40 editoras foram parceiras regulares do Estado no processo de co-edição. Dentre essas, seis se destacaram: Editora do Brasil, com 14% dos títulos co-editados; FTD, com 10%; Abril, 8%; IBEP, 7%; Ao Livro Técnico, 6%; e Tabajara, com 5%. Elas co-editaram sozinhas 50% dos títulos do PLIDEF, em dez anos do programa.

Podemos observar que nesse período a Editora Nacional não figurava mais entre as principais editoras de livros didáticos. Hallewell (1985) aponta que isso ocorreu porque seu proprietário, Octalles Marcondes Ferreira (Monteiro Lobato havia saído da sociedade), falecera em 1973, tendo seus dependentes herdado a editora, administrado-a de forma desastrosa. Posteriormente, a empresa chegou a ser comprada pelo governo federal, por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE –, que igualmente fez uma gestão desastrosa. De acordo com Halewell (1985), a empresa que havia sido uma das mais sólidas do mercado, foi perdendo posição de ano para ano, de 1º lugar em 1974, passou a 5º em 1979. Com a estatização, afirma-se que a Nacional chegou a contar com quase quatrocentos empregados, sendo que na gestão de Octalles, que foi até 1973, ela jamais chegara a ter cem.

Com a deterioração da Editora Nacional, que passou a não ser mais rentável, o BNDE decidiu vendê-la. Em 1980, a Companhia Editora Nacional foi adquirida pelo IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas. Esta editora foi criada em 1966 por Jorge Antonio Miguel Yunes e Paulo Marti. Segundo Hallewell (1985), em 1983 caberia à IBEP 30% do mercado nacional, principalmente por ter publicado Hermínio Geraldo Sargentim, de Por-

tuguês, que até 1983 já vendera 3.600.000 exemplares.

Durante o governo militar, duas outras editoras, que viriam a ter projeção nacional, foram fundadas: a Editora Moderna e a Atual. A primeira foi criada em 22/10/1968 pelos professores Ricardo Feltre, Carlos Marmo e Setsuo Yoshinaga, todos com experiência em cursos pré-vestibulares. Iniciaram suas atividades com a publicação de livros didáticos nas áreas de Química e Desenho Geométrico do então 2º grau, atual ensino médio. Os três eram professores do curso Anglo Latino: Carlos Magno dava aulas de desenho, Feltre e Yoshinaga ensinavam Química. Posteriormente Magno e Yoshinaga se desligariam da editora e Feltre assumiria seu comando, tornando-se editor conceituado e autor de livros de Química de grande sucesso.

Dentre as editoras que são objeto de nosso estudo, a Editora Atual é a de origem mais recente, pois foi constituída em 1973 por Oswaldo Dolce e Gelson Izzi, se notabilizando com obras para o atual ensino médio. Essa editora foi comprada pela Editora Saraiva nos anos de 1990.

Descrevemos, aqui, a constituição das editoras que, em 2006, são as principais editoras de livros didáticos do país. Podemos constatar que elas têm em comum o fato de terem se constituído em São Paulo, pois exceção feita à Editora FTD, todas as outras têm origem nacional.

Esse quadro foi alterado recentemente, com a compra de grande parte dessas empresas por sociedades de capital internacional.

#### **4 Grupos multinacionais editoriais: Brasil (século XXI)**

Choppin (1998) aponta uma característica da segunda metade do século XX bastante considerável, que é a crescente dominação econômica das grandes editoras européias. Saliencia que grandes sociedades de capital internacional difundem no mundo inteiro publicações de uso escolar, citando entre essas empresas a Hachette, Hatier, o Nathan, Mac Millan, Longman, Anaya e Santillana.

No caso do Brasil, Hallewel (1985) apontou que, em 1968, um assessor americano da COLTED, após descrever alguns dos problemas da indústria editorial brasileira, especialmente os do início dos anos de 1960, revela-se surpreso com a situação firme deste setor, uma vez que no seu entender não havia condições para isso. Um especialista britânico, 13 anos após, referiu-se ao desenvolvimento da indústria editorial brasileira como sendo a mais ativa da América do Sul; disse ainda que essa caminhava para ser a primeira indústria livreira do terceiro mundo. Segundo Hallewell (1985, p. 610), nesse período, os resultados da indústria editorial brasileira, ao mesmo tempo em que apontavam o seu êxito, causavam um “embaraçoso grau de interesse pelo Brasil por parte das editoras multinacionais, e várias delas já se encontram hoje, firmemente estabelecidas no país”.

De fato, podemos constatar, neste início do século XXI, a presença de várias dessas empresas de capital internacional na área do livro escolar brasileiro.

Na última década do século XX, boa parte das editoras que, recorrentemente, dominavam o setor de livros didáticos no Brasil, foi vendida para grandes multinacionais. Alguns exemplos desta internacionalização podem ser enumerados: segundo Saab (1999), a Editora Saraiva, que tinha 15% do seu capital em propriedade de capital estrangeiro, vendeu mais 2,6% ao Internacional Financial Corporation – IFC –, órgão financeiro do Banco Mundial; as editoras Ática e Scipione foram compradas pelo grupo Abril e pelo Havas, da França, sendo que recentemente essas editoras ficaram somente com a Editora Abril; a Editora Moderna, em 2001, foi comprada por outra poderosa multinacional, a espanhola Santillana. Podemos perceber, na leitura desses dados, uma recente e grande reconfiguração do mercado brasileiro editorial de livros didáticos.

À luz dessas informações, podemos visualizar que, em 2006, das nove editoras que mais venderam para o governo, apenas as Editoras FTD e Brasil são independentes. As demais passaram a fazer parte de grupos editoriais, a saber:

- a) IBEP/Nacional, constituída como grupo, continua sendo nacional, ao menos até 2006;
- b) Saraiva/ Atual;
- c) Ática/ Scipione, pertencentes ao Grupo Hachette;
- d) Moderna, pertencente à Santillana;

Apesar dessa reconfiguração estrutural no quadro das editoras brasileiras de livros didáticos, em 2006, os nomes dessas continuam a ser mantidos para o mercado como se não houvesse ocorrido mudança alguma. A relação direta de todas essas editoras com as instituições escolares continua a ser feita pelos divulgadores. Entender a função desses profissionais é essencial para que entendamos as práticas comerciais dessas editoras, e conseqüentemente, como se instaura objetivamente a relação editora x escola.

## 5 Editoras de didáticos e suas práticas comerciais

Os profissionais das editoras que visitam as instituições escolares são os *divulgadores*. Esses inspiram posições diferenciadas nos autores. Freitag et al. (1993) os descrevem como *vendedor que coage o professor*. Oliveira et al. (1984) apresentam posição diferente:

O papel das editoras privadas se torna importante na medida em que elas consistem, em muitos casos, no único canal de comunicação com as pessoas que decidem sobre adoção de livros, seja de forma centralizada, nas secretarias, seja ao nível dos professores. Esse padrão, aliás, confirma-se em outros países, embora em circunstâncias bastante diferentes. Uma pesquisa realizada na França e em outros países europeus (INRP, 1981) revela que também lá são os editores, com seus catálogos, com a distribuição de exemplares gratuitos e outros meios de informação, o veículo mais utilizado pelos professores. (Oliveira et al., 1984, p.115).

Podemos entender as diferentes posições desses autores em relação ao papel das editoras na instituição escolar, levando em consideração o que já expusemos

sobre a singularidade da venda dos livros didáticos, ou seja, é uma venda que só se concretiza após haver a “adoção” na escola, geralmente feita pelo professor.

O fato de a adoção ser feita na instituição escolar faz com que existam esforços tão intensos das editoras em direção à escola, fazendo parte do cotidiano dessa instituição a presença diária dos agentes das editoras durante o ano inteiro.

Um episódio referente à Editora Ática (HISTORIA..., 2001) aparentemente ilustra o início da presença dos divulgadores nas escolas. Um dos donos dessa editora era o doutor Anderson Fernandes Dias, que, como médico, recebia inúmeras visitas de representantes de laboratórios que lhe doavam amostras grátis dos medicamentos. Viu, nessa experiência, uma solução para enfrentar os desafios que a editora vivia nos seus primeiros anos de existência. Por analogia, criou uma pequena equipe de vendas, que passaria a visitar diretamente o professor para doar, e não vender, livros didáticos. Tais práticas seriam incorporadas por todas as grandes editoras de didáticos do País, agora não com pequenas equipes, mas com grandes equipes especializadas.

Os dois tipos de indústria, tanto a editorial quanto a farmacêutica, apresentam equipes comerciais com características que as diferenciam das outras indústrias, porém as tornam similares em pontos que as singulariza, nas suas estratégias de *marketing*.

As indústrias farmacêuticas se valem da equipe de propagandistas, que são os profissionais que mantêm contato com os médicos, distribuindo não só amostras grátis dos produtos, assim como se valendo de outros mecanismos de sedução, tal como brindes e promoções, visto que há produtos similares no mercado e a concorrência é acirrada. Acreditando na qualidade de tal produto, ou por outros motivos, tais como embalagem, preço, entrosamento com o funcionário do laboratório, entre outros, o médico prescreve determinado medicamento para o paciente, em detrimento do outro. O paciente efetiva a compra na farmácia, mas é uma venda que já havia sido decidida na

hora em que o médico prescreveu a receita. Isto é, quem compra, na maioria das vezes, não é quem decide sobre a compra.

Situação similar ocorre na venda do livro didático. A venda se realiza na livraria ou pela compra direta do governo, mas é decidida no momento em que o livro é adotado na escola, pelo professor.

Do mesmo modo que ocorre com as indústrias farmacêuticas, as editoras se valem das equipes de divulgadores, que, embora sejam a grande alavanca comercial das editoras, *não vendem diretamente os livros para o professor* ou coordenador pedagógico, mas *doam* tais produtos, mantendo presença constante na instituição escolar. O movimento da equipe de divulgação varia conforme o período. Existe um *ciclo* anual de trabalho: época do cadastro de professores, época de atuação em função do PNLDT, períodos de atuação em função do professor da rede pública, época de direcionamento dos esforços para o período de planejamento das instituições particulares, entre outras atividades. A essência de todas esses esforços é a divulgação (e não venda direta) do livro didático e paradidático na instituição escolar.

Neste contexto, de forma mais marcante que os demais funcionários das editoras, os *divulgadores têm* suas práticas cotidianas atreladas diretamente àquelas que caracterizam o cotidiano escolar.

Portanto, devido a esta presença diária do divulgador no espaço escolar instituído, entender elementos básicos da cultura escolar moderna torna-se essencial para delimitarmos como as práticas comerciais das editoras se desenvolvem cotidianamente, entre agentes das editoras e equipe escolar.

Segundo Julia (2001, p.14), são três os elementos que conformam a escola moderna: “[...] espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico”.

Na trama de relações que se configura entre agentes de editoras e equipe escolar, os três elementos que definem a escola moderna, de igual modo conformam o cotidiano dos divulgadores das grandes editoras.

Amin, um ex-divulgador de grandes editoras de didáticos (17 anos de experiência no ramo), ao ser questionado sobre como *divulgava* o material das grandes editoras em que atuou, disse que o procedimento cotidiano para todas as grandes editoras era o mesmo:

Na rede particular de ensino, diariamente, eu visitava umas dez escolas. Quando chego no colégio, mostro o material para a coordenação e faço as perguntas que me interessam, porque buscar informação é a ação mais importante dentro de um colégio como em qualquer ramo da sociedade, num mundo globalizado. Assim que a coordenação pedagógica me passa a informação dos professores que decidem em relação à adoção de material, eu peço autorização para falar com eles, que, normalmente, estarão em sala de aula. Então, eu não insisto para falar com eles naquele dia, eu volto no dia seguinte e falo com eles na hora do intervalo (recreio dos alunos), na sala dos professores. Eu fazia dois intervalos todos os dias, um de manhã, e outro à tarde. Não dá para o divulgador fazer intervalo em todos os colégios, ele tem de estabelecer prioridades. (AMIN, 2003)

Continuando seu depoimento, em relação à rede particular de ensino, além de situar os espaços escolares como constitutivos de seu roteiro diário, Amin disse de que modo lidava com a complexidade do material que trabalhava, visto ter de divulgar livros das diversas disciplinas do currículo escolar dos ensinos fundamental e médio, assim como lidar com o corpo profissional específico dessas instituições, ou seja, como tratava com professores especialistas, sem sequer ser um deles:

Como geralmente eu tinha os nomes dos professores que decidiam, passados pela coordenação, eu levava o meu material para mostrar para eles, eu jamais tinha a pretensão de saber mais do que eles. Eu vou, levo meu material para ele e falo assim “professor, este livro de Química é novo, ele tem alguns pontos aqui, assim, assim...”. Como eu não conheço tudo, porque eu não sou obrigado a saber Português, Inglês, Física, Química, Geografia, História..., eu procuro sempre puxar alguma coisa no livro que chame a atenção do professor, para que ele olhe para o meu material. (AMIN, 2003)

No caso das escolas particulares, Amin disse que são os professores que fazem a escolha do material didático a ser utilizado no colégio, sendo que o contato dos divulgadores nessa rede de ensino é muito incisivo e apresenta

traços distintivos significativos em relação às estratégias de divulgação das grandes editoras de didáticos adotadas na rede pública de ensino.

Oliveira (1984), como já mencionamos, aponta o papel desses divulgadores, na rede pública, de forma diferenciada. Segundo esse autor são os editores, com seus catálogos e com a distribuição de exemplares gratuitos que constituem o veículo mais utilizado pelos professores, portanto, no caso das escolas públicas, esse contato passa a ser considerado como um serviço, visto que assegura ao professor o conhecimento físico dos livros.

A posição de Oliveira (1984) nos parece ser a mais ponderada no que concerne a rede pública, pois converge equilibradamente para a fala de vários docentes que entrevistamos (Cassiano, 2003), visto que a relação divulgador x escola pública se dá de forma diferenciada do contato que os divulgadores estabelecem nas escolas particulares.

O ex-divulgador Amin, ao ser questionado sobre a relação entre o divulgador e as escolas públicas, afirmou que sua atuação se dá, prioritariamente, por ocasião do PNLD, sendo que o tempo despendido para tal atividade é pouco, gerando “uma correria muito grande”.<sup>3</sup> Segundo ele:

Cada divulgador deve ter, miseravelmente falando, umas 350 escolas públicas na sua responsabilidade de divulgação, já excluindo o ensino médio, que não entra na compra do governo. Porém, dependendo da região em que ele atua, esse número sobe para 700, eu lembro que Sorocaba e região, quando eu fazia pela Scipione, tinha 700 escolas públicas, isso é um absurdo. [...] Eu aprendi que trabalho de PNLD é trabalho como se fosse de correio, eu entregava e colocava um lembrete para chamar a atenção sobre o material destinado àquela escola. [...] No PNLD o prazo que temos é muito pequeno e... divulgador é humano [...] (AMIN, 2003)

Na continuidade de seu depoimento, Amin explicou que a equipe da divulgação é composta de agentes que dividem seus setores por regiões, de modo que cada divulgador fique responsável por atender às escolas da rede

■  
<sup>3</sup> A atuação do divulgador, na rede pública, também se dá em função do ensino médio, visto que até 2004 o governo não comprava livros para este nível de ensino.

pública e particular localizadas naquela área. Segundo ele, todas as grandes editoras têm esse procedimento, sendo que as equipes não chegam a contar, no máximo, com 20 divulgadores na sua totalidade, para atender às escolas do Estado de São Paulo, sendo que este número já é alto. Se pensarmos que no PNLD/2002 foram atendidas, no Estado de São Paulo, 9.902 escolas públicas (entre estaduais e municipais), a idéia da coerção dos agentes das editoras sobre os professores fica comprometida.

De acordo com Amin, o contato dos divulgadores com as instituições públicas, em função do PNLD se dá apenas na distribuição do material, para que as escolas tenham o livro fisicamente para avaliação.

O depoimento de Amin entra em consonância com o de vários docentes entrevistados, segundo os quais quem recebe os livros para análise na escola e os coloca à disposição do professor é o coordenador. De maneira geral, o professor da rede pública não tem contato direto com os divulgadores, sendo que essa afirmação, como já vimos anteriormente, não se aplica para os docentes das instituições particulares.

Tanto os depoimentos dos docentes quanto os números (divulgadores que compõem as equipes x escolas a serem atendidas) nos apontam que a coerção feita pelos agentes das editoras ao professor da rede pública não ocorre. O que acontece efetivamente é a doação gratuita do material. Se considerarmos o professor como malformado e incapaz de escolha, essa situação é maléfica, mas se o considerarmos como um profissional que tem competência para escolher o material (que ele próprio usará), poderemos avaliar esse tipo de divulgação de forma positiva. Nossa hipótese, proveniente da análise que fizemos das entrevistas dos docentes que atuavam em rede particular de ensino e de Amin, é que provavelmente uma *persuasão* possa ocorrer na rede particular de ensino, visto que o contato dos agentes das grandes editoras de didáticos com os professores se dá, prioritariamente e de forma cotidiana, nesses estabelecimentos.

Em relação aos números, esta situação se delinea com nitidez, pois o período oficialmente estabelecido para a escolha dos livros didáticos, na rede pública, é muito pequeno, sendo que a *divulgação dos livros integrantes do PNLD* costuma ser feita, segundo Amin, em aproximadamente um mês.

No caso do PNLD descentralizado, em São Paulo, algumas editoras, como é o caso da FTD, terceirizam a entrega do material e o divulgador vai à escola constatar a entrega e, se possível, divulgar verbalmente o material da sua editora. Mas na maioria delas (Scipione, Moderna, Ática, Saraiva, Atual, etc.), os divulgadores realizam pessoalmente esta entrega, isto é, *têm de carregar* o carro pela manhã com os *kits* de livros do PNLD e entregá-los de escola por escola, tentando visitar, diariamente, o maior número possível de instituições, de modo que os livros cheguem nas mãos dos docentes das 9.902 escolas públicas paulistanas a tempo de respaldá-los para a escolha.

No discurso dos docentes das escolas públicas, a figura do divulgador sequer aparece como significativa no processo de escolha. Como já foi mencionado, o que os professores apontam como elementos principais de sua escolha é a sua prática e o livro em mãos.

No caso das escolas paulistanas, as grandes editoras conseguem articular-se para que o livro didático chegue até os docentes, para que estes os consultem para a escolha do PNLD. Provavelmente esta não é a realidade de muitas localidades do Brasil, lembrando que Batista (2001) aponta como uma das dificuldades da escolha dos docentes justamente a de não ter o livro em mãos.

Outro indicador que parece confirmar a escolha dos docentes ser feita em razão deles possuírem os livros é a inexpressiva venda das editoras menores que, apesar de participarem do PNLD, não contam com a equipe de divulgação nos moldes das grandes editoras, assim como, muito provavelmente, não contam com recursos para divulgarem gratuitamente seus livros para um número elevado de escolas.

No PNLD/2002, para a cidade de São Paulo, conforme Cassiano (2003),

temos 96,7% dos livros vendidos pelas editoras Saraiva/Atual, FTD, Ática/Scipione; IBEP/Nacional, Moderna e Brasil, todas com práticas de divulgação bastante incisivas, com prioridade à colocação do livro na escola. As editoras Nova Geração, Módulo, UFG, Dimensão e Lê, mesmo com os livros referenciados no *Guia de livros didáticos* e alguns bem-avaliados, obtiveram juntas apenas 3,3% do total de vendas, sendo que a sede da maioria delas não se localiza em São Paulo.

Tais números respaldam a fala dos professores sobre a escolha com os livros em mãos. Por isso, as editoras que não oferecem seu material têm menos chances de entrarem efetivamente na compra governamental.

Convém ressaltar que os livros enviados pelas grandes editoras de didáticos para a rede pública são em número reduzido, o que dificulta a análise ser feita por todos os professores que deveriam ser efetivamente envolvidos no processo, demandando uma articulação grande por parte do coordenador:

A distribuição gratuita dos livros para análise, porém, não esgota as estratégias de *marketing* das grandes editoras para as compras governamentais, apesar de, aparentemente, ser a principal. Elas se valem também das seguintes estratégias: distribuição de folders promocionais, *um corpo de assessoria* composto por professores universitários, além de palestras com os próprios autores.

No caso dos folders, as editoras se valem das *estrelas* (ícone usado, inicialmente, pelo MEC para aferir a qualidade dos livros que foram bem-avaliados pelo governo) para agregar um valor positivo ao seu material. O interessante é que muitas delas as utilizam mesmo em livros que receberam apenas uma estrela, ou seja, que foi *recomendado com ressalva*. De certa forma, este recurso inverte o significado da avaliação, pois, descontextualizada, esta peça publicitária eleva o livro mais mal-avaliado ao patamar de *obra estrelada*, abstraindo o fato de que todas as obras que integram o *Guia de livros didáticos* eram, no início da avaliação feita pelo MEC, obrigatoriamente, estreladas, sendo que a diferenciação entre as obras se dava pelo número de estrelas recebido. Como

este é um material que efetivamente chega para o professor, pois chega juntamente com o livro, talvez esse tipo de publicidade possa ter exercido alguma influência no processo de escolha do corpo docente. Atualmente, em 2006, o MEC não usa mais “estrelas” para referenciar os livros didáticos.

Outra estratégia das editoras diz respeito à assessoria composta por professores universitários e às palestras com o próprio autor, que as editoras oferecem. Tais estratégias se concretizam, prioritariamente, nos órgãos governamentais centrais (Diretorias de Ensino, coordenadorias, etc.) e não nas unidades escolares. É no período da seleção do livro no PNLD em que, via de regra, as grandes editoras oferecem, de forma maciça, a sua assessoria e seus autores para fazerem palestras para as escolas da rede pública, via os órgãos centrais das secretarias de Educação.

No caso do oferecimento de sua *assessoria*, as editoras se valem de grandes temas (os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo), que são apresentados por professores universitários, que geralmente, no final da *palestra*, apresentam o material da editora, patrocinadora da atividade.

No caso das palestras com os próprios autores, geralmente eles além de darem uma palestra versando sobre algum tema, também apresentam seu próprio material, muitas vezes com oficinas práticas de como utilizá-lo com maior eficácia.

Com a entrada das multinacionais, as estratégias de marketing das grandes editoras de didáticos têm ficado mais agressivas. Exemplo interessante são os “Congressos de Educação” feitos pela Editora Moderna, que têm atingido, anualmente, uma média de 6 mil profissionais da educação em São Paulo, sendo a maioria pertencente à rede pública (em março de 2006 será realizado o 4º congresso, de forma concomitante, nas cidades de São Paulo e Salvador).

De qualquer forma, certo é que tanto as relações com a rede pública quanto com a rede particular de ensino estão se alterando significativamente com a entrada das multinacionais no Brasil, neste setor.

## 6 Considerações finais

Acreditamos que a reflexão sobre os aspectos políticos e econômicos do livro didático, como procuramos trazer neste texto, é importante por vários motivos, entre eles a relevância social que o PNLD adquire em países como o Brasil, pois assegura a universalização do acesso do livro didático para todos os estudantes brasileiros do ensino fundamental, e, muitas vezes, esse é o único livro que o estudante terá acesso em toda a sua vida, sendo igualmente relevante levarmos em conta o considerável gasto público despendido nesse Programa.

Se pensarmos que a internacionalização da indústria de livros escolares se deu, basicamente, pelo faturamento significativo do mercado brasileiro, assim como pela sua potência, e que este é um mercado que requer a conciliação de interesses comerciais com os educacionais, podemos concluir que esse conjunto de características, entre outras, tornam o mercado de livro didático importante objeto de estudo, merecendo a atenção de amplos setores da sociedade, visto as relações estabelecidas, em nível nacional, entre as grandes editoras de didáticos e as instituições escolares públicas e privadas do Brasil.

### **The reconfiguration of the Brazilian editorial market for textbooks at the beginning of XXI century: history of the principal editors and their commercial practices.**

#### **ABSTRACT**

The theme of this text is the circulation of textbooks in the recent history of Brazil which for some years has been the subject of my research. The hypothesis is that the public policies for the textbooks and the private publishers, considered in this process market determinations, leave some prints in the selection that precedes the choices made by the teachers at school, and has some implications in the action curriculum at schools, transforming it in a privileged field of studies to understand the relation market – school. Taking this into consideration, three fundamental stances were studied: the publishers

of textbooks, with emphasis in their commercial area; the governmental actions, with its focus on the Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (National Program of Textbooks) and the school. In this article we will emphasize only the market of great publishing houses, establishing a historical panorama of this sector, the advent of great multinational publishing companies in Brazil, their new strategies and what the implications for the Brazilian schools are.

**KEY WORDS:** Publishing market. Textbooks. Public policies. Education

## **Reconfiguración del mercado editorial brasileño de libros didácticos en el principio del siglo XXI: historia de las principales editoras y sus prácticas comerciales.**

### **RESUMEN**

El texto tiene como eje temático la circulación del libro didáctico en la historia reciente del Brasil, que viene siendo objeto de mis pesquisas hace algunos años. La hipótesis es que las políticas públicas para el libro didáctico y las editoras privadas dejan marcas en la selección del libro que es hecha en las escuelas, llevando para este producto determinantes de mercado que preceden la escoja del profesor e implican la construcción del currículo en las escuelas. Se constituye, entonces, en un campo de estudio privilegiado para entenderse la relación escuela y mercado. A cuenta de eso, en el decurso de mis pesquisas, tres aspectos fundamentales han sido estudiados: las editoras de didácticos, con énfasis en su área comercial; las acciones gubernamentales, enfocadas en el Programa Nacional del Libro Didáctico – PNLD, y la escuela. En este artículo, entretanto, se da énfasis tan solo al mercado de las grandes editoras de didácticos, trazando un panorama histórico de este sector, así como presentamos buena parte de sus prácticas comerciales y la reconfiguración de este mercado, con el ingreso de las grandes multinacionales en el Brasil, sus nuevas estrategias y lo que eso implica para las escuelas brasileñas.

**PALABRAS CLAVE:** Mercado editorial. Libro didáctico. Políticas públicas. Educación.

## Referências

- APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995. 218p.
- BATISTA, Antonio Augusto Gomes. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 56 p.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC, 1993. (versão acrescida). 136 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Números da Educação no Brasil**. Brasília, 2004.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Circulação do livro didático: entre práticas e prescrições**. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2003.
- CHOPPIN, Alain. Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica. In: PÉREZ SILLER, J.; RADKAU GARCÍA, V. (Cords.). **Identidad en el imaginario nacional: reescritura y enseñanza de la historia**. México: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma de Puebla/El Colegio de San Luis y Georg Eckert Institut. 1998. p. 169-180.
- FRANCO, Maria Laura P. B. O livro didático e Estado. **ANDE: Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, ano 1. n.5, p.19-24, 1982.
- FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly F. da Costa; MOTTA, Valéria R. **O livro didático em questão**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. 160 p.
- GÓES, Moacyr. 1964 – Os acordos MEC-USAID: Em direção aos anos de chumbo. In: CUNHA, Luis Antônio de; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. 95 p.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp, 1985. 693 p.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135 p.
- HISTÓRIA das Editoras (Ática). **Livro Aberto**, São Paulo: Editora Cone Sul, ano 4- nº20, maio/jun. 2001.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, São Paulo: Cedes. nº 70, p. 1-232, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988**. 1993. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. O padrão de descentralização na implementação do Programa Nacional do Livro Didático. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22., Caxambu, 1998. Disponível em: [www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/mattos.rtf](http://www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/mattos.rtf) Acesso em: 9 out. 2002

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**: Sociedade Brasileira de História da Educação, Campinas, n° 1, p.1-223, jan./jul. 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares**: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: EDUSEF, 2002.

MEGALE, Lafayette. **FTD 100 anos, fazendo o amanhã**. São Paulo: FTD, 2003. 83 p.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. Tese (Doutorado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 1997. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Pinto Dantas; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/Summus, 1984. 139 p.

\_\_\_\_\_. Os livros descartáveis: Exigência pedagógica ou apenas um bom negócio? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 44, fev.1983.

PAIXÃO, Fernando (Org.). **Momentos do Livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998. 215 p.

Revista Livro Aberto. **História das Editoras (Ática)**. São Paulo: Editora Cone Sul, ano 4, n.20 maio/jun. 2001.

SAAB, William George Lopes; GIMENEZ, Luiz Carlos Perez; RIBEIRO, Rodrigo Martins. **Cadeia de Comercialização de livros**: situação atual e propostas para desenvolvimento. 1999. (Publicações BNDES). Relatório desenvolvido pela Gerência Setorial de Comércio e Serviços do BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rel-livr.pdf>> Acesso em março 2006.

SERWY, Alexandre. Os 20 anos do PNLD. In: ENCONTRO TÉCNICO NACIONAL DOS PROGRAMAS DO LIVRO, 9., 2005. Disponível em <[www.fnnde.gov.br/home/livro\\_didatico/20anosdoPNLD-AlexandreSerwy.pdf](http://www.fnnde.gov.br/home/livro_didatico/20anosdoPNLD-AlexandreSerwy.pdf)> Acesso em jan. 2006.

ZILBERMAN, Regina. Políticas de Leitura e formação do leitor no Brasil. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo: SME, v.56, p. 53-63, 1998.

**Célia Cristina de Figueiredo Cassiano**  
*Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)*  
*E-mail: f.cassiano@uol.com.br*